

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-PB: CÂMARA TÉCNICA DO PLANO DE BACIAS
Ata da 84ª Reunião Ordinária da CT-PB – 27/11/2019 – 9h30min.
Auditório do Parque da Cidade - Rod. João Cereser, km 66 – Pinheirinho – Jundiá/SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
AAEAA - Amparo	Whlhelm Wulff Poloni (T)
ABCON	Ana Paula Fernandes Abrahão (S)
ANA	Flávio Hadler Troger (T)
ASSEMAE	Paulo R. Szeligowski Tinel (T)
CDRS	Denis Herisson da Silva (T)
CETESB	Adonai Guimarães Pinto (S)
CIESP – DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno (T)
CODEN	Jaqueline Carraro Socci (T)
Consórcio PCJ	Francisco Carlos C. Lahoz (S) Lilian Cristina de M. G. Bozzi (S)
Consórcio Pirai	Roberto Mario Polga (T)
DAE Jundiá	Maria das Graças Martini (T) José Antonio Ferreira (S)
DAEE	Sebastião Vanier Bosquilia (T) Viviane M. B. de Arantes (S)
FIESP	Alexandre L. A. Vilella (T)
IPT	Marsis Cabral Junior (T)
P.M. de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (T)
P.M. de Indaiatuba	Karoline Monaro (S) Danielle França Nery (S)
P.M. de Jaguariúna	Silvana Turolla Broleze (S)
Rotary International D4590	Luiz Antonio Carvalho S. Brasi (T)
SAA	Denis Herisson da Silva (T)
SAAE Atibaia	Gulherme Mota Baradel (T)
SABESP	Maurício Polezi (T) Vera Lúcia R. A. Gazal (S)
SANASA	Paulo Roberto S. Tinel (T)
SEMAE	Hugo Marcos P. Leme (T)
SIMA	André Luiz. S. Navarro (T)
UNICA	André Elia Neto (T)

Membros ausentes	
Entidade	
AEAARB Vivare	
AESABESP	
DAEE – Rio Claro	
DAE Americana	
DAE Valinhos	
GAEMA cabeceiras	
GAEMA PCJ	
IGAM	
Instituto Agir Ambiental	
IPÊ (justificou)	
IPSA	
Mackenzie – Campinas	
P.M. Analândia	
P.M. de Campo Limpo Paulista	
P.M. de Itatiba	
P.M. de Sumaré	
SORIDEMA	
UNICAMP	

Convidados presentes	
Entidade	Representante
Agência PCJ	Eduardo Cucco Léo
Agência PCJ	Juliana Franco
Agência PCJ	Tony Douglas Segatto
Agência PCJ	Ivens Oliveira

(T) – Titular (S) – Suplente (R) – Representante

Pauta e abertura da reunião: A pauta, a convocação e o acesso ao material da reunião foram enviados por meio de mensagem eletrônica no dia 19 de novembro de 2019. A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. André Luiz Sanchez Navarro, Coordenador da Câmara Técnica do Plano de Bacias, que agradeceu a presença de todos e a cessão do local pela DAE/SA de Jundiá/SP. O Sr. André informou aos presentes a existência de quórum para o início da reunião, questionando os membros sobre a existência de informes. O Sr. Paulo Tinel solicitou a palavra e informou que a Secretária da CT-PB, Tarciani Santos, não compunha mais os quadros da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento – SANASA, razão de ela não estar presente à reunião. O Sr. André retomou a

palavra relatando que havia sido notificado informalmente sobre a situação, porém que não houve tempo hábil para a inserção de item referente à eleição de novo Secretário para a CT-PB na pauta da reunião. Solicitou, assim, aos membros, a inserção de item de pauta para tratar do assunto, previamente à realização dos informes. Os presentes concordaram com a inclusão de forma unânime. Anteriormente ao início da discussão do item incluído, o Sr. André informou os presentes que a situação relatada contribuiu para que não fossem possíveis a elaboração e o envio da minuta da ata da 83ª Reunião Ordinária da CT-PB. Perguntou, assim, se poderia ser retirado da pauta enviada o item referente à aprovação da referida minuta. A solicitação foi aprovada por unanimidade. **1. Eleição**

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-PB: CÂMARA TÉCNICA DO PLANO DE BACIAS

Ata da 84ª Reunião Ordinária da CT-PB – 27/11/2019 – 9h30min.

Auditório do Parque da Cidade - Rod. João Cereser, km 66 – Pinheirinho – Jundiaí/SP

30 **para o cargo de Secretário da CT-PB.** O Sr. André
informou que, assim que informado da necessidade de
definição de novo membro para cumprir as tarefas do
cargo de Secretário, incentivou a Sr^a. Viviane Arantes
(DAEE) a se candidatar para o cargo, uma vez que
35 trabalha juntamente com o Coordenador da CT-PB no
assessoramento das atividades do Sr. Moretti, porém nas
relacionadas à Bacia do Médio Tietê – BMT/DAEE. A
Sr^a. Viviane reiterou o interesse. O Sr. André perguntou
aos presentes se havia mais algum interessado em se
40 candidatar. Não havendo, foi eleita a Sr^a Viviane para
exercer o cargo de Secretária da CT-PB até fim do
mandato vigente. A Sr^a. Viviane agradeceu a confiança de
todos e se comprometeu a empenhar-se no atendimento às
funções do cargo. **1. Informes.** Após a discussão e
45 definição acerca do item de pauta inserido, o Sr. André
deu prosseguimento aos trabalhos, passando à realização
dos informes da Coordenação da CT-PB. **1.1.
Coordenação da CT-PB. 1.1.a) Versão final do Plano
de Trabalho 2020-2021 da CT-PB.** O Sr. André
50 informou que o Plano de Trabalho (PT) da CT-PB foi
aprovado pela Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL)
em reunião realizada em 13/11. Explicou que a versão
aprovada, contudo, diferiu em formato da versão
preliminar apresentada durante a 83ª Reunião Ordinária
55 da CT-PB e encaminhada para a Secretaria Executiva
(SE), uma vez que houve entendimento, pela SE, de que
as ações deveriam ser divididas em três grupos: atividades
de rotina; temas para discussão; e eventos. Mediante
reuniões da SE com membros das coordenações de todas
60 as CTs, o formato final foi consensualizado, tendo sido
alterados os conteúdos de alguns PTs. O Sr. André
salientou que o conteúdo proposto pela CT-PB foi
mantido e passou a apresentar a versão aprovada pela CT-
PL, a qual será submetida a aprovação dos Plenários.
65 Informou também que para cada CT haverá um
orçamento estimado com base no formato dos eventos que
pretende realizar, e que o da CT-PB envolve, de maneira
geral, seminários e oficinas relacionados com o processo
de desenvolvimento de um modelo de gestão da
70 implementação do plano e voltados à divulgação deste
junto aos atores das Bacias PCJ. **1.1.b) Atualização sobre
o andamento da revisão do Plano das Bacias PCJ.** O
Sr. André convidou o Sr. Paulo Tinel e o Sr. Eduardo Léo
para exporem aos membros o andamento dos trabalhos
75 relacionados à revisão do Plano das Bacias PCJ.
Comentaram que houve reunião do GT-Acompanhamento
em 18/10, após as Audiências Públicas realizadas em
16/10 (cadernos temáticos e Plano de Recursos Hídricos
da UPGRH-PJ1) e 17/10 (cadernos temáticos), voltada a
80 discutir as contribuições encaminhadas por meio do

formulário online e formalizadas (via e-mail ou
documentos físicos) junto à Agência ou CT-PB. As
manifestações realizadas presencialmente nas Audiências
foram avaliadas e incorporadas pelo Consórcio Profill-
85 Rhama nas versões finais dos cadernos (P5) e do Plano de
Recursos Hídricos da UPGRH-PJ1, as quais serão objeto
de avaliação pelo GT-Acompanhamento em sua 16ª
Reunião, a ser realizada na presente data, no período da
tarde. Os produtos da 15ª Reunião do GT constituíram-se
90 nos pareceres de aprovação das versões preliminares dos
cadernos temáticos (P4). **1.2. Membros. 1.2.a) Reuso de
água em Indaiatuba/SP.** O Sr. André passou a palavra a
Sr^a. Danielle França Nery (P.M. de Indaiatuba/SP) para
informe acerca do desenvolvimento pelo SAAE de
95 Indaiatuba/SP de projeto relacionado à implantação de
uma Estação de Produção de Água de Reuso (EPAR) em
estação de tratamento de esgotos localizada em um
distrito industrial do município, visando a distribuição e
comercialização de água de reuso para as indústrias. A
100 Sr^a. Danielle justificou que foi motivada a relatar o caso,
pois grande parte dos sistemas municipais consideram
tratar-se de um processo de difícil autorização e
implementação. Comentou que o sistema foi implantado
mediante aprovação de Declaração sobre Viabilidade de
105 Implantação de Empreendimento (DVI) pelo
Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE),
emissão de Licenças Prévia (LP), de Instalação (LI) e de
Operação (LO) pela Companhia Ambiental do Estado de
São Paulo (CETESB) e autorização da Agência
110 Reguladora (ARES-PCJ). Esclareceu que iniciaram a
operação fornecendo via caminhão-pipa, mas tendo em
vista a localização da estação implantarão adutora para o
fornecimento da água de reuso às indústrias, com tarifa
valorada em 30% do pago pelo consumo da água potável.
115 A Sr^a. Danielle esclareceu dúvidas dos presentes,
agradeceu a oportunidade de expor a experiência e passou
a palavra ao Sr. André. **2. Contextualização sobre a
cobrança pelo uso de recursos hídricos nas Bacias
PCJ. 3. Apresentação sobre as bases de estudo, a ser
120 realizado pela Agência PCJ, sobre a revisão dos
valores da cobrança pelo uso de recursos hídricos nas
Bacias PCJ.** O Sr. André recordou os membros de que na
última reunião da CT já havia sido comentado sobre uma
demanda da Agência PCJ, relativa ao início de discussão
125 sobre a alteração dos valores cobrados pelo uso dos
recursos hídricos nas Bacias PCJ, face à existência, no
Contrato de Gestão da entidade com a Agência Nacional
de Águas (ANA), de meta relacionada à elaboração de
estudo para a revisão de mecanismos e valores da
cobrança. Assim, o Sr. André comentou que entrou em
130 contato com o Sr. Ivens de Oliveira, Diretor

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-PB: CÂMARA TÉCNICA DO PLANO DE BACIAS

Ata da 84ª Reunião Ordinária da CT-PB – 27/11/2019 – 9h30min.

Auditório do Parque da Cidade - Rod. João Cereser, km 66 – Pinheirinho – Jundiaí/SP

Administrativo e Financeiro da Agência PCJ, para
tratarem do encaminhamento do assunto dentro da CT-
PB, uma vez que esta câmara o GT-Cobrança. A partir
135 dessa conversa inicial, o Sr. André informou que
considerou importante que fosse feita uma apresentação
voltada a contextualizar os membros da CT sobre a
implantação e o funcionamento do processo de cobrança
pelo uso da água nas Bacias PCJ, considerando que há
140 membros novos que não presenciaram os processos de
implantação das cobranças e, posteriormente, de revisão
de seus valores. Também solicitou ao Sr. Ivens que
apresentasse as bases do estudo, a fim de que sejam
obtidas contribuições para a sistematização do objeto do
145 estudo a ser realizado. O Sr. André passou a palavra ao Sr.
Ivens, sugerindo que fizesse as duas apresentações. O Sr.
Polga sugeriu que os comentários e esclarecimentos de
dúvidas dos presente fossem realizados após as
apresentações do Sr. Ivens. O Sr. Ivens, com a palavra,
150 realizou a apresentação “A cobrança pelo uso dos recursos
hídricos nas Bacias PCJ: histórico, panorama atual,
resultados e desafios”. Foram realizados alguns
comentários e esclarecimentos durante a apresentação,
tendo ocorrido a maior parte deles após a apresentação,
155 momento em que foi aberto espaço para o debate. São
apresentadas a seguir as manifestações dos presentes e os
comentários do Sr. Ivens acerca de alguns deles. O Sr.
Petrus (P.M. de Holambra/SP) pediu que fosse
acrescentado ao segundo slide da apresentação um
160 informativo de que a água é um direito de todos,
conforme rege a Constituição de 1988. O Sr. Roberto
Mário Polga (CONIRPI) fez uma breve explanação com
relação à proposta de estudo, informando que, embora
considere que não haja amparo legal para a atualização
165 automática, tendo em vista que foi regulamentada pela
ANA, considera extremamente importante que haja
isonomia na forma de atualização dos preços das
cobranças estadual paulista e federal. Solicitou ao GT-
Cobrança e à CT-PB que avaliassem outras alternativas de
170 índice econômico para tal atualização, escolhendo o que
fosse o mais adequado à realidade. Complementou,
solicitando a análise de implantação de mecanismos de
compensação para usuários que fossem bons pagadores. O
Sr. André Elia Neto (UNICA) questionou a razão pela
175 qual atualmente não se cobra o uso de irrigação dos
usuários rurais no Estado de São Paulo. O Sr. Ivens
informou que não ainda há decreto ou legislação
específica aprovada que regule a questão. A Srª.
Vera (SABESP) informou que acredita ser de extrema
180 importância buscar um alinhamento dos coeficientes
ponderadores de cobrança entre todos os Comitês
Paulistas, bem como ressaltou a importância da revisão

dos critérios de aplicação do parâmetro “K extra”, face à
situação ocorrida na crise hídrica. Com relação ao
185 primeiro comentário da Srª. Vera, o Sr. Hugo (SEMAE de
Piracicaba/SP) disse acreditar que considera muito difícil
que isso ocorra. Considerou que deveriam ser centrados
esforços na implantação da isonomia dos mecanismos e
valores de cobrança dentro da área de atuação dos
190 Comitês PCJ, no que se refere às cobranças estadual
paulista e federal. O Sr. Ivens explicou a funcionalidade
do parâmetro “K extra”, concordando acerca da
necessidade de revisão. O Sr. Petrus mencionou ser de
grande importância que se pensasse na questão da
195 qualidade da água que é remanejada via transposição de
bacias, devendo-se realizar estudos sobre valores que
considerassem os custos para tratamento dessa água pelos
usuários. O Sr. Alexandre Vilela (FIESP) explicou sobre
a relação entre reenquadramento e os valores de cobrança.
200 Alertou que se deve tomar cuidado com discursos que
busquem enquadrar a cobrança como um preço com
natureza jurídica comum a outros tributos. Ponderou que
se deve realizar análise comparativa com outros
indexadores no tange a sua aplicação na atualização
205 automática, escolhendo-se a melhor opção, desde que
permitido por lei. O Sr. Alexandre propôs também a
avaliação da criação de mecanismos de incentivo
(reembolso de recursos, por exemplo) para usuários que
são bons pagadores da cobrança. O Sr. André Elia afirmou
210 concordar com as ideias expostas pelos colegas Roberto
Polga e Alexandre Vilela. Mencionou que considera o
financiamento reembolsável como uma ferramenta muito
importante a ser considerada no estudo dos novos preços
da cobrança. Complementou considerando que se deve
215 dar prioridade no estudo a avaliações relacionadas ao
aumento da base de cobrança, tais como a inclusão de
novos segmentos de usuários. O Sr. Ivens explicou que a
isenção dos usuários insignificantes, mediante dispensa de
outorga e de cobrança, embora tenha resultado em
220 diminuição do número de usuários cobrados e boletados,
não teve relevante impacto financeiro. O Sr. Hugo
reforçou não deve haver diferenciação de preços entre as
cobranças paulista e federal, tal como existe atualmente,
pois tal fato gera confusão e descontentamento por parte
225 de certos usuários. Também mencionou que se deve
avaliar e propor uma melhor metodologia para a
utilização do “fator de consumo” no cálculo dos preços.
Considera mais correto o cálculo realizado na cobrança
federal. Ressaltou que se faz necessária a atualização das
230 informações sobre carga orgânica lançada para o cálculo
da cobrança federal. O Sr. Hugo solicitou também que se
considere colocar em discussão a questão do envio de
informações sobre volumes previstos e medidos, exigida

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-PB: CÂMARA TÉCNICA DO PLANO DE BACIAS

Ata da 84ª Reunião Ordinária da CT-PB – 27/11/2019 – 9h30min.

Auditório do Parque da Cidade - Rod. João Cereser, km 66 – Pinheirinho – Jundiaí/SP

no início de cada ano. Considera que o envio de
235 informações deveria ocorrer de forma mais prática ao
invés da entrega via Declaração Anual de Uso de
Recursos Hídricos (DAURH) ou, no caso da cobrança
estadual, via entrega de laudos de aferição e sistema
SISCOB. O Sr. Paulo Tinel (SANASA/ASSEMAE)
240 solicitou que fosse revisto o funcionamento do simulador
da cobrança estadual disponível no site da Agência PCJ,
pois a versão atual não está calculando as simulações
corretamente. O Sr. Ivens informou que a Agência PCJ
está em fase final de implantação do novo sistema de
245 cobrança para gerenciamento do cadastro e do cálculo da
cobrança estadual paulista, e que o mesmo permitirá aos
usuários da cobrança estadual, através do portal de
usuários, simularem os volumes que pretendem solicitar
via outorga ao DAEE. Informou que o atual simulador da
250 cobrança estadual será inutilizado e substituído. O Sr
Paulo Tinel comentou também sobre a dificuldade de
operacionalização do Cadastro Nacional de Usuários de
Recursos Hídricos (CNARH), da ANA, bem como sobre
as frequentes mudanças que ocorreram nos últimos meses
255 nos sistemas de gerenciamento da cobrança federal.
Informou que não existe um simulador de volumes para a
cobrança federal e que considera que essa ferramenta
deveria existir, pois é extremamente importante para os
usuários da cobrança federal. Por fim, tratou da questão
260 da entrega dos laudos de aferição voltados a comprovar os
volumes medidos. Informou que constituem um grande
custo para os sistemas de saneamento. Considera o
mecanismo inviável devido ao esse alto custo, devendo se
estudar novas metodologias para a entrega das
265 informações. Sr. Ivens fez uma explanação final,
buscando responder aos questionamentos. Sobre o
financiamento reembolsável, informou que já está em
trâmite na ANA, devendo a resolução que o
regulamentará ser emitida e divulgada em 2020. Informou
270 que houve mudanças de procedimentos no gerenciamento
e forma da cobrança federal pela ANA. Em relação ao
simulador da cobrança estadual, considera que o novo
sistema de cobrança permitirá as funcionalidades
demandadas via portal de usuários. Quanto à entrega dos
275 laudos de aferição, informou que os trâmites não
dependem exclusivamente da Agência PCJ, mas também
do DAEE, que aprova ou reprovava os laudos. Adiantou que
está sendo discutida a possibilidade de entrega dessas
informações pelo sistema SIDEEC, do DAEE.
280 Retomando a palavra, o Sr. André Navarro propôs deixar
um prazo de dez a quize dias para que os membros da CT-
PB possam realizar outras contribuições ao estudo,
visando análise pelo GT-Cobrança. O resultado
pretendido será uma sistematização em memória da

285 reunião do GT, voltada a subsidiar a elaboração do Termo
de Referência para a contratação da empresa que realizará
o estudo sobre os novos preços das cobranças. O Sr.
Petrus sugeriu que, juntamente com o informe sobre o
prazo para as contribuições, fosse encaminhada uma
290 compilação das contribuições apresentadas na presente
reunião. Acordou-se, assim, que será realizada reunião do
GT Cobrança em 22/01/2020, na mesma data da próxima
reunião da CT-PB, porém iniciando-se às 10:45 horas. Na
reunião, será realizada a análise das contribuições dos
295 membros da CT-PB, visando prover subsídios para a
elaboração do estudo de revisão dos valores das
cobranças. **6. Outros assuntos:** O Sr. André perguntou
aos membros se havia mais algum assunto a ser tratado
como item de pauta, além da inclusão de pauta realizada
300 no início da reunião. Não havendo manifestações, apenas
recordou sobre a realização, no período da tarde, da 16ª
Reunião do GT-Acompanhamento, no qual serão
elaborados os pareceres de aprovação sobre os cadernos
temáticos que estão sendo elaborados no âmbito da
305 revisão do Plano das Bacias PCJ, bem como do Plano de
Recursos Hídricos da UPGRH-PJ1. **7. Encerramento:**
Nada mais havendo a tratar, o Sr. André agradeceu a
presença de todos e deu por encerrada a reunião.

André Luiz Sanchez Navarro
Coordenador da CT-PB

Viviane Maria Beduschi de Arantes
Secretária da CT-PB

310